



MUNICÍPIO DE CUBA
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

ATA N.º 2
27-10-2021

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a segunda reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Maria Julieta Zambujeiro Burrica Caniço, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Jorge Manuel Rolim Caixeiro. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às catorze horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

A Sr.ª Vereadora Julieta Caniço questionou a Câmara relativamente a preocupações que lhe têm chegado sobre a realização da Festa do Tareco que irá decorrer no mês de novembro em Vila Alva, atendendo à situação decorrente da Pandemia que ainda afeta a freguesia e interrogou se irá ser pedido parecer à DGS. Disse que os Vereadores do PS gostavam que, como medida de salvaguarda, fosse pedido parecer à DGS.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o evento irá decorrer em novembro e neste

momento existe autorização para realização destas iniciativas sem necessidade de parecer da entidade. Disse que nesta altura a situação está controlada e circunscrita ao Lar da Santa Casa da Misericórdia daquela localidade. De qualquer forma se se justificar o pedido a Câmara tratará de proceder a essa consulta, mas como em 1 de novembro a situação, que agora é de alerta, irá certamente ter novos contornos, até lá vamos aguardar para ver o que acontecerá conscientes de que ainda estamos a algum tempo dessa realização.

Concluiu, corroborando a posição da Sr.ª Vereadora Sandra Serrano, dizendo que a Câmara irá atuar em conformidade com as determinações que vigorarem na altura do acontecimento. As regras são para se cumprir e se houver essa exigência a Câmara atuará em conformidade.

O Dr. Vitor Fialho, atenta a pertinência da questão, informou que na próxima reunião de Câmara apresentará uma informação jurídica sobre esta matéria, atendendo a que a resolução do conselho de ministros que agora está em vigor cessará os seus efeitos a 31 de outubro pelo que será necessário aguardar pelo teor da nova RCM a vigorar em novembro que coincidirá com a data do evento.

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021: € 675 427,54. -----

1. CLÍNICA O MEU DOUTOR - REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA VIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL - REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. -----

Solicita a Clínica "O Meu Doutor", a cedência de espaço na via pública para instalação de uma unidade móvel de rastreio auditivo, com cerca de 20m², num dos dias de 2 a 5 de novembro de 2021, preferencialmente dia 3, das 10,00h às 18.00 horas, bem como um ponto de luz. -----

A Câmara, por Unanimidade, com base na Informação nº 62/2021, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

- a) Autorizar a ocupação de via pública no dia 4 de novembro de 2021. -----
- b) Registrar que o valor das taxas devidas com a ocupação da via pública, de acordo com o Regulamento Municipal de Taxas e Preços em vigor no município de Cuba, é de € 140,64. -----

2. PAULA FILIPA FÉLIX FIALHO RATO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA. -----

Solicita a Sr.ª Paula Filipa Félix Fialho Rato autorização para ocupação de via pública para a realização de uma festa de inauguração do estabelecimento Colombo's Tapas Bar, sito na Rua Álvaro de Castelões, n.º 20, em Cuba, no próximo dia 29 de outubro, das 9,00h às 2,00 horas do dia seguinte. -----

Quanto à ocupação de via pública, propriamente dita, de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal"*.-----

A Câmara, por maioria com a abstenção dos Vereadores do PS, atendendo à publicitação antecipada do evento sem a devida deliberação, deliberou deferir o pedido da requerente, concedendo a autorização pretendida, devendo ser considerado para o efeito um conjunto de exigências designadamente com a limpeza do espaço e a garantia da circulação pedonal e de veículos -----

3. MANUEL ROMÃO ALMADA CALHAU. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Manuel Romão Almada Calhau, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente do consumo de água que se encontra em dívida, da sua habitação, sita na Rua Capitão Formosinho, n.º 9, em Vila Alva, em 6 prestações mensais, dado que de momento não tem condições para a liquidar na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da informação n.º 61/2021, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma faseada alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. MARIA DE JESUS AMOR CAEIRO VASCO. PEDIDO DE ALUGUER DE LOJA (PADARIA) NO MERCADO MUNICIPAL. -----

Solicita a Sr.ª Maria de Jesus Amor Caeiro Vasco o aluguer da loja (Padaria) no Mercado

Municipal para venda de produtos regionais, bem como a possibilidade de futuramente poder abrir uma porta para o exterior da mesma. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que a loja está vaga de momento, deliberou atender a pretensão da requerente. -----

Quanto à possibilidade de abertura de porta para o exterior deliberou a Câmara determinar aos serviços técnicos que encontrem uma solução que garanta a estética do edifício ficando todas as despesas decorrentes da intervenção a expensas da requerente. -----

5. PROCEDIMENTO PARA ADJUDICAÇÃO DA APANHA DAS AZEITONAS PROVENIENTES DAS OLIVEIRAS DO MUNICÍPIO. ATA DO ATO PÚBLICO DO CONCURSO. -----

Foi presente à Câmara a Ata do ato público do concurso supra referido, cujo teor se transcreve: -----

"Pelas dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniram os membros da Comissão de Acompanhamento designada para o presente ato público, presidida por João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara, coadjuvados pelos vogais Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS, e Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior do SAJAI. -----

A este ato público não esteve presente qualquer concorrente ou seu representante. ----

O Presidente deu por aberta a sessão do ato público do concurso. -----

De seguida verificou-se ter sido apresentada uma única proposta em nome de António Maria Ramos, residente na Rua Visconde da Esperança, n.º 45, em Cuba, que propôs o valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). -----

Nesta conformidade, a Comissão, por unanimidade, propõe que a apanha e alienação de azeitonas provenientes de oliveiras do município seja adjudicada ao concorrente único António Maria Ramos, pelo valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). ----

A Câmara, por unanimidade, deliberou adjudicar a apanha das azeitonas ao concorrente António Maria Ramos, pelo valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). -----

6 - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ANO LETIVO 2021/2022 - APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO FINANCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2021, do SAE, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Junto se apresenta a candidatura ao financiamento do Ministério da Educação, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, no Despacho Regulamentar nº 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, pelo Despacho n.º 11861/2013 de 12 de Setembro, Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº5296/2017 de 16 de junho e pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, *que altera o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho.*-----

Estes normativos legais orientam o trabalho desenvolvido na área da Ação Social Escolar. -----

O Ministério da Educação e da Ciência de modo a colaborar com as autarquias na promoção de medidas de combate à exclusão social e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, através deste Programa e após o cálculo do custo médio de cada refeição, este ano letivo a comparticipação de cada refeição consumida por aluno tem um valor estimado de 0,50€.-----

Pelo efeito da universalidade de acesso à refeição escolar, todos os alunos do 1.º ciclo matriculados no Agrupamento de Escolas de Cuba, encontram-se inscritos no Programa de Generalização das Refeições Escolares.-----

Para o ano letivo 2021/20212, o preço das refeições escolares mantêm-se, sendo o valor de 1,46€.-----

Considerando que a candidatura prevê que os 160 alunos do 1.º ciclo usufruam deste Programa e que o ano letivo comporta 176 dias letivos + 10 dias não letivos, estes últimos contabilizados na semana das interrupções letivas do Natal e Páscoa, de acordo com o *Despacho n.º 7255/2018*, de 31 de julho, o valor estimado do financiamento pelo Ministério da Educação deverá ser 14.880,00€. -----

Informo ainda que, para o 1.º período do ano letivo 2021/2022, que comporta 62 dias letivos e 4 dias não letivos, aplicando o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que alterou o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação seja no valor de 5.280,00€. -----

Face ao exposto, -----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e de acordo com o estabelecido no no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, Despacho Regulamentar nº 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, pelo Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, Despacho n.º 11861/2013 de 12 de Setembro, Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº5296/2017 de 16 de junho, e pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que altera o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho; -----

- Deverá apreciar e deliberar sobre a apresentação da Candidatura ao Programa de Generalização das Refeições Escolares para o 1.º Ciclo do ensino Básico no ano letivo 2021/2022. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou apresentar a candidatura ao Programa de Generalização das Refeições Escolares para o 1.º Ciclo do ensino Básico no ano letivo 2021/2022. -----

7 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES - PRÉ-ESCOLAR - APOIO PARA REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2021/2022- CANDIDATURA EXTEMPORÂNEA.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 26/2021, do SAE, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor em baixo se transcreve:-----

“Cumpre-me informar o seguinte: -----

Foi apresentado 1 pedido para o apoio em epígrafe, para 1 aluna do Ensino Pré-escolar. De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (necessidade por motivo de inicio de ocupação profissional da Enc. Educ.). -----

É aluna pertencente a um agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara, conforme quadro I, em anexo. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (de acordo com o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2021/2022) tem um valor estimado de 195,38€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2021/2022 o valor estimado será de 60,48 €. -----

O cálculo da despesa para o 1.º período foi tido em conta a Deliberação de Câmara - DC - de 10/02/2021, no âmbito das medidas extraordinárias de apoio ao combate à COVID-19 – Alargamento da entrega de refeições gratuitas aos alunos do Pré-escolar e 1.º ciclo do escalão B (II). -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir, -----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deverá o órgão executivo deliberar em matéria de Ação Social Escolar – Ensino Pré-escolar, no que respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2021/2022.” -----

A Câmara por unanimidade, deliberou considerar a candidatura apesar de extemporânea. -----

8 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES - 1.º CICLO - APOIO PARA REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2021/2022 - CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2021, do SAE, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Cumpre-me informar o seguinte: -----

Foi apresentado 3 pedidos para o apoio em epígrafe, para 3 alunos do 1.º Ciclo do EB, na Escola Básica Fialho de Almeida – Cuba. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (transferência de escola e alunos nómadas (itinerância de cariz cultural)). -----

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara conforme quadro, em anexo.

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (de acordo com o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, Páscoa e verão para 2021/2022) tem um valor estimado de 897,12€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2021/2022 o valor estimado será de 181,44€. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir, -----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deverá o órgão executivo deliberar em matéria de Ação Social Escolar – 1.º ciclo, no que respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2021/2022.” -----

A Câmara por unanimidade, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

9 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO MUNICÍPIO COM O PROGRAMA ECO-ESCOLAS / ANO LETIVO 2021/2022.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2021, do SAE, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar: -----

A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), sem fins lucrativos, dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais. O Programa Eco-Escolas é uma iniciativa de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvida pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). -----

No presente ano letivo a Escola Básica Fialho de Almeida de Cuba tem intenção de fazer novamente a inscrição no Programa ECO-ESCOLAS. -----

De modo geral, as Escolas da rede pública concorrem ao Programa tendo as autarquias como entidades parceiras dentro das disponibilidades e recursos disponíveis destas, contribuindo para a implementação do plano de ação do Programa. -----

Para estabelecer a parceria é necessário que o Município concorde em ser parceiro e caso entenda estabelecer essa parceria, deve declarar o compromisso com o programa, de acordo com o modelo constante do *anexo 2*, pelo que se remete à Câmara a devida documentação. -----

Encargo financeiro -----

Mais se informa que o encargo financeiro a suportar pela inscrição no programa, é de 70€, destinados à inscrição e atribuição da Bandeira Verde da escola no Programa. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, será averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir, -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal, submete-se para deliberação a intenção de compromisso do Município com o Programa Eco-Escolas para o ano letivo 2021/2022.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou assumir o compromisso com o Programa Eco-Escolas para o ano letivo 2021/2022. -----

10 - CANCELAMENTO DO APOIO AO ARRENDAMENTO À MUNÍCIPE SARA FAUSTINA DELGADO GOMES DE PINA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 89/2021, do SASS, da autoria da Dr.ª Ana Baião, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar: -----

Em reunião de câmara de 31 de março de 2021, foi deliberado atribuir apoio ao arrendamento à Munícipe Sara Faustina Delgado Gomes de Pina, no valor de 50,00€ mensais. -----

Em outubro do presente ano, a Munícipe Sara Pina informou o SASS que alterou a sua morada para a residência de estudantes da Escola Profissional de Cuba, conforme email em anexo, pelo que não irá proceder ao pagamento de renda de habitação. -----

Desta forma, o apoio ao arrendamento prestado à mesma deverá ser cancelado, não sendo processado o mês de novembro. -----

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir: -----

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 27 de outubro 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

- Cancelar o apoio ao arrendamento à Munícipe Sara Faustina Delgado Gomes de Pina, em virtude dos factos acima descritos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou cancelar o apoio ao arrendamento nos termos vertidos na presente Informação . -----

11 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 61/2021, do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor em baixo se transcreve:-----

No dia 14/05/2021, foi assinado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) o Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação, que havia sido aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 12/05/2021.

Veio, em 24/06/2021, a CIG reiterar o pedido remetido em 09/06/2021, que a seguir se transcreve: -----

“Na sequência da celebração do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação/ Nova Geração entre a CIG e o Município de Cuba, encarrega-me a Sra. Presidente da CIG, Dra. Sandra Ribeiro, de informar que foi remetido por correio o exemplar do Vosso Protocolo, devidamente assinado e homologado pela Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, seguindo em anexo a respetiva digitalização. Desta forma e no âmbito do acompanhamento da CIG à implementação do presente Protocolo, solicitamos o envio dos seguintes documentos e/ou ponto de situação: -----

. Ficha de recolha de contactos/pontos focais (em anexo) -----

. Despacho de nomeação de 2 Conselheiros/as Locais para a Igualdade (1 interno/a ocupando cargo de direção e 1 externo/a à Autarquia) -----

. Despacho de nomeação da V/ Equipa para a Igualdade na Vida Local, nos moldes previstos na Quinta do Protocolo. -----

Para efeito de suporte à identificação dos “elementos com reconhecida competência técnica e ou especialização nas áreas de intervenção do presente protocolo” nos termos da Cláusula Quinta, nº 2, alínea d) do Protocolo, sugerimos, em caso de necessidade, a consulta dos seguintes recursos que se encontram disponíveis no site da CIG: -----

- “Lista de Especialistas”- trata-se de um recurso disponibilizado na forma de uma listagem de nomes de pessoas cujo perfil académico e profissional é reconhecido pela CIG e que podem servir de referência e que podem ser consultados por área de especialidade e por área geográfica. Pode ser consultada através do seguinte link: <https://www.cig.gov.pt/area-menu-3/lista-de-especialistas-ab/>. -----

- Lista de ONG com assento no Conselho Consultivo da CIG/ Secção das Organizações Não Governamentais. Pode ser consultada através do seguinte link: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/03/ONG-setembro2020.pdf>

Poderão também ser consideradas Instituições Universitárias e ONG’ s a nível local, cuja ação vá ao encontro de alguma das áreas de intervenção do Protocolo que pretendam aprofundar, cujo contacto deverá ser feito diretamente pela Autarquia, para

verificarem o interesse, a disponibilidade e se o perfil se coaduna com o que o Município pretende. -----

Mais informamos que em breve a CIG irá iniciar a monitorização da informação da check-list de indicadores associada ao Protocolo, cuja versão pré-teste se anexa para melhor identificação, para efeito da Cláusula Quarta, alínea g). Esta informação será prestada pelo Município através de uma Plataforma própria a disponibilizar pela CIG, cujo acesso atribuiremos ao/à vosso/a Conselheiro/a Local para a Igualdade Interno/a e ponto focal com a CIG, a quem caberá essa submissão. -----

Para efeito de criação das devidas credenciais de acesso à Plataforma, é necessária a prévia identificação do/a vosso/a Conselheiro/a Local para a Igualdade Interno/a, por via do envio à CIG do respetivo despacho de nomeação. Nessa sequência, voltaremos ao contacto, no sentido de lhe serem facultadas as devidas instruções para a submissão dessa informação. -----

Da parte da CIG, disponham do meu contacto para efeitos de qualquer articulação técnica que considerem necessária no âmbito da implementação do presente Protocolo. Ficamos a aguardar a vossa resposta, permanecendo ao dispor". -----

Nestes termos, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, para efeitos de implementação do Protocolo em referência: -----

- 1) Nomear dois Conselheiros/as Locais para a Igualdade, sendo um interno/a ocupando cargo de direção e um externo/a à Autarquia;
- 2) Nomear a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), que deve ser composta por 5 a 10 membros:
 - a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador/a com a área da igualdade;
 - b) Conselheiros/as Locais para a Igualdade;
 - c) Dirigentes da Câmara na área dos recursos humanos, orçamento, urbanismo, intervenção social, saúde e educação;
 - d) Até 3 elementos de reconhecida competência técnica e/ou especialização nas áreas de intervenção do protocolo, cuja escolha é articulada com a CIG;
 - e) Até 4 representantes da Assembleia Municipal, por ela indicados, sendo que um deve ser presidente de Junta de Freguesia.
- 3) Deve ser proposto à Câmara Municipal os termos de funcionamento de EIVL.

A Câmara, por unanimidade, deliberou endereçar convites visando a constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), designadamente os que integrarão a alínea d) do n.º 2;

Deliberou ainda, nomear para a alínea a) do n.º 2 a Vereadora Sandra Serrano;

Para a alínea b) do n.º 2 a Dr.ª Carmen Estrela e o Prof. António Alfarrobinha;

Para a alínea c) do n.º 2 o Dr. Vitor Fialho;

Mais deliberou a Câmara solicitar à Assembleia Municipal a indicação de 3 representantes sendo que um deles terá de ser Presidente de Junta.

Relativamente ao ponto 3, a proposta de funcionamento será devidamente articulada entre os membros que irão compor a equipa e os serviços jurídicos da autarquia.

12 - DECLARAÇÃO DE ABANDONO DE VEÍCULO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 62/2021, do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor em baixo se transcreve:

Em 20/10/2021, deu entrada nesta Câmara Municipal a declaração de abandono de viatura subscrita pelo Sr. Vitor Manuel Caeiro Mestre, proprietário do veículo ligeiro de passageiros, marca Renault, modelo Clio, de cor branca e matrícula 29-08-AG, a qual não se fez acompanhar do certificado de matrícula do veículo, tendo o declarante dito desconhecer o local onde guardou esse documento.

Mais foi dito pelo declarante que não tem interesse do veículo e que pretende que o mesmo seja removido do local onde se encontra – na via traseira à Rua Horta do Bicho, Lote 2, em Cuba -, pois tem sido diversas vezes autuado pela GNR, por estacionamento indevido.

Consequentemente, deve o veículo referido ser removido do local, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 164.º (*“Podem ser removidos os veículos que se encontrem (...)”*).

Estacionados indevida ou abusivamente, nos termos do artigo anterior”), conjugada com a alínea f) do n.º 1 do art.º 163.º (“Considera-se estacionamento indevido ou abusivo (...) O que se verifique por tempo superior a 48 horas, quando se trate de veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono, de inutilização ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos seus próprios meios”), ambos do Código da Estrada (doravante CE), e considerado imediatamente abandonado e

adquirido por ocupação pelo Município de Cuba (*vide* n.º 5 do art.º 165.º do CE – “*o veículo é considerado imediatamente abandonado quando essa for a vontade manifestada expressamente pelo seu proprietário*”), devendo a Câmara Municipal pronunciar-se nesse sentido. -----

Integrando, desta forma, o veículo em referência o património municipal, deve a Câmara Municipal deliberar sobre o destino a dar-lhe, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Deverá ser aferido o estado em que se encontra o veículo, a fim de se definir o destino do mesmo, que eventualmente será o seu encaminhamento para um operador de desmantelamento de veículos em fim de vida e em simultâneo o requerimento do cancelamento da matrícula, o qual será instruído com o certificado de destruição. -----

Mais chama-se a atenção para o facto de, por efeito do disposto no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza o estatuído no art.º 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, ter sido transferências as competências no domínio do estacionamento público para os órgãos municipais. -----

Assim, no âmbito deste diploma os órgãos municipais passam a ter competência para “a) *A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal; b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas*” (*vide* n.º 1 do art.º 2.º do referido diploma legal). -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente da Câmara: -----

- a) Determinar a remoção do veículo do local onde se encontra, nos termos acima exarados; -----
- b) No âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para deliberação do órgão executivo, para declare o efetivo abandono do veículo e a sua aquisição por ocupação pelo Município, nos termos atrás explicitados. -----

A Câmara por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a proposta vertida na presente informação. -----

13. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS ELEITOS LOCAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 59/2021, do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor em baixo se transcreve:-----

De harmonia com o disposto na alínea l) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 29/87, de 29 de junho, na sua redação atual, os eleitos locais têm direito a proteção em caso de acidente.-----

Como é do conhecimento geral e se encontra estabelecido no n.º 2 do art.º 1.º da referida lei "Consideram-se eleitos locais, para efeitos da presente lei, os membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias".-----

Resulta assim que o direito à proteção em caso de acidente abrange os membros da Câmara Municipal e os membros da Assembleia Municipal.-----

O art.º 17.º desta lei estabelece que "1. Os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor. 2. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal". -----

Resulta deste normativo que os membros da Câmara Municipal, assim como os da Assembleia Municipal têm direito a um seguro de acidentes pessoais, cujo valor é fixado por cada um desses órgãos colegiais.-----

Porém, no que se reporta aos membros da Câmara em regime de permanência o valor a fixar pelo órgão executivo para esse seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal, ou seja, para o presidente da Câmara não pode ser inferior a € 145.401,00 e para os vereadores em regime de permanência não pode ser inferior a € 56.329,00.-----

Atualmente, está vigente, desde 01/01/2019 e até 31/10/2022, um contrato de prestação de serviços na área dos seguros que assegura a carteira de seguros do Município, celebrado com a Caravela – Companhia de Seguros, S.A., no âmbito do qual foi contratado um seguro de acidentes pessoais dos autarcas com as seguintes coberturas: -----

Relativamente aos autarcas o seguro de acidentes pessoais contratado abrange, as

seguintes condições gerais: -----

a) Quando expressamente contratada nas Condições Particulares, e dentro dos limites que nestas se indiquem, as indemnizações resultantes de acidente ocorrido com as pessoas seguras, exclusivamente quando em consequência de risco profissional ao serviço da autarquia, o qual inclui o risco de trajeto; -----

b) Coberturas Principais: -----

i) Morte; -----

ii) Invalidez Permanente; -----

iii) Morte ou Invalidez Permanente. -----

c) Coberturas Complementares: -----

i) Incapacidade Temporária Absoluta; -----

ii) Incapacidade Temporária Absoluta em Caso de Internamento Hospitalar; -----

iii) Despesas de Tratamento e Repatriamento; -----

iv) Despesas de Funeral. -----

No que toca às condições especiais e particulares estão contratadas as seguintes: -----

Pelo exposto, tendo tomado posse novos membros dos órgãos autárquicos, deverão a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deliberar fixar o valor do seguro de acidentes pessoais dos seus membros, respetivamente. -----

Uma vez que os contratos de seguros estão vigentes até 31/10/2022, os órgãos autárquicos poderão adotar uma das seguintes posições: -----

1) Manutenção dos valores das coberturas em vigor, ou seja: -----

Coberturas / Capitais

. Morte ou invalidez permanente	210 000,00
. Despesas de tratamento, até	21 000,00
. Incapacidade temporária sub. diário até	140,00
. Despesas de funeral, até	3 000,00

Ou, -----

2) Fixação de outros valores, nos termos legais. -----

Chama-se a atenção para o facto de a opção pela hipótese referida em 2) terá como

efeito a derrogação do contrato de seguro na parte relativa aos acidentes pessoais dos autarcas (ou a rescisão total do contrato), com a consequente necessidade de abertura de novo procedimento de contratação pública. -----

Por outro lado, sugere-se que nas referidas deliberações dos órgãos autárquicos se opte pela manutenção dos valores seguros até ao termo do contrato vigente, fixando-se desde logo, se assim se entender, os valores a considerar no contrato que futuramente se venha a celebrar. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, ao abrigo da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere sobre a fixação dos valores dos seguros dos autarcas, assim como para que esta, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc), do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei, delibere submeter o presente à Assembleia Municipal para que este órgão delibere sobre a fixação dos valores dos seguros dos seus membros. -----

Mais se informa que O Município é também aderente do seguro de acidentes pessoais contratado pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

São anexas as condições dos seguros de acidentes pessoais contratadas pelo Município de Cuba e pela ANMP. -----

A Câmara tomou conhecimento do teor da informação e, por unanimidade, deliberou optar pela manutenção dos valores seguros até ao termo do contrato vigente; -----

Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, submeter o presente assunto à Assembleia Municipal para que este órgão delibere sobre a fixação dos valores dos seguros dos seus membros. -----

14. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DOS TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2022.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 60/2021, do SAJAI, da autoria da Dr.^a Isabel Semião, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Foi-nos presente o estudo económico-financeiro feito pela POCALENTEJO – Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação, Lda, relativo à atualização dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de

Resíduos Urbanos para o ano económico de 2022, documentos que se juntam à presente informação. -----

Quid iuris? -----

De harmonia com o disposto na alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, constituem receitas dos municípios, entre outras “O produto da cobrança de (...) preços resultantes (...) da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º” -----

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 21.º dessa lei estabelece que “Os preços (...) a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados (...) pelas unidades orgânicas municipais (...), não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços (...)” e o n.º 3 determina que “Os preços (...) a cobrar pelos municípios respeitam, nomeadamente, às atividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de (...) Abastecimento público de água (...), Saneamento de águas residuais (...) (e) Gestão de resíduos sólidos”. -----

No que diz respeito a estas atividades, os municípios cobram os preços previstos em regulamento tarifário que deve obedecer ao estabelecido no art.º 82º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, e no regulamento tarifário aprovado pela Entidade Reguladora dos Sistemas de Água e Resíduos (doravante ERSAR) (*vide* n.ºs 4 e 5 do citado art.º 21.º). ---

No exercício da sua competência de emissão de recomendações sobre a aplicação do disposto no regulamento tarifário a ERSAR emitiu as recomendações nº 1/2009 (Formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, doravante Recomendação Tarifária) e nº 2/2010 (Critérios de cálculo para a formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, doravante Critérios de Cálculo). -----

A Recomendação tarifária visa harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a respetiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. -----

Os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem obedecer aos princípios estabelecidos pela Lei de Bases do Ambiente, pela Lei da Água, pelo Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos e pela Lei das Finanças Locais, designadamente os seguintes: -----

- a) Princípio da recuperação dos custos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos sistemas; -----
- b) Princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas devem contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos através da interiorização tendencial dos custos e benefícios que estão associados à sua utilização, penalizando os desperdícios e os consumos mais elevados;
- c) Princípio da prevenção e da valorização, nos termos do qual as tarifas dos serviços de gestão de resíduos devem contribuir para evitar e reduzir a produção de resíduos, incentivando a adesão dos utilizadores finais aos sistemas de recolha seletiva de materiais e à valorização de resíduos; -----
- d) Princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, nos termos do qual os tarifários devem assegurar uma correta proteção do utilizador final, evitando possíveis abusos de posição dominante por parte da entidade gestora, por um lado, no que se refere à continuidade, qualidade e custo para o utilizador final dos serviços prestados e, por outro, no que respeita aos mecanismos de sua supervisão e controlo, que se revelam essenciais em situações de monopólio; -----
- e) Princípio da acessibilidade económica, nos termos do qual os tarifários devem atender à capacidade financeira dos utilizadores finais, na medida necessária a garantir o acesso tendencialmente universal aos serviços de águas e resíduos; -----
- f) Princípio da autonomia das entidades titulares, nos termos do qual a Recomendação da ERSAR procura respeitar a autonomia do Poder Local, sem prejuízo da prossecução dos objetivos fundamentais que a norteiam. -----

Os tarifários devem possuir uma estrutura uniforme em todo o território nacional, tão simples e transparente quanto possível, facilitando a respetiva compreensão por parte

dos utilizadores finais. -----

Em conformidade com o princípio da recuperação dos custos, os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem atender ao disposto no art.º 82.º da Lei n.º 58/2005, de 29/12, e considerar como custos a recuperar, designadamente, os seguintes: -----

a) A reintegração e a amortização, em prazo adequado e de acordo com as práticas contabilísticas aplicáveis, do valor dos ativos afetos à prestação dos serviços, resultantes de investimentos realizados com a implantação, a manutenção, a modernização, a reabilitação ou a substituição de infraestruturas, equipamentos ou meios afetos ao sistema; -----

b) Os custos operacionais da entidade gestora, designadamente os incorridos com a aquisição de materiais e bens consumíveis, transações com outras entidades prestadoras de serviços de águas e resíduos, fornecimentos e serviços externos, incluindo os valores resultantes da imputação aos serviços de custos com atividades e meios partilhados com outros serviços efetuados pela entidade gestora, ou incorridos com a remuneração do pessoal afeto aos serviços; -----

c) Os custos financeiros imputáveis ao financiamento dos serviços e, quando aplicável, a adequada remuneração do capital investido pela entidade gestora; -----

d) Os encargos que legalmente impendam sobre a prestação dos serviços, nomeadamente os de natureza tributária. -----

Para efeitos do princípio da recuperação dos custos, deve ainda atender-se aos proveitos alheios às tarifas, nomeadamente às comparticipações e aos subsídios a fundo perdido, de acordo com o prazo de reintegração e amortização dos ativos resultantes de investimentos subsidiados, aos subsídios à exploração que, por razões excecionais de natureza social, sejam afetos à prestação destes serviços, e a outros proveitos associados à prestação dos serviços ou ao aproveitamento dos meios a eles afetos. -----

Os custos específicos associados à recolha e à drenagem de águas pluviais e à limpeza urbana devem ser excluídos, respetivamente, do universo de custos a recuperar por meio do tarifário dos serviços de saneamento e de gestão de resíduos, mediante segregação ou estimativa, devendo ser recuperados por meio de receitas distintas das entidades titulares. -----

Nesta conformidade, e de forma a cumprir as recomendações da entidade reguladora,

assim como as disposições legais sobre a matéria, têm os município da AMCAL concertado as suas atuações no sentido de uniformizar os seus tarifários. -----

Os tarifários devem ser aprovados até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeitam, assim como as suas atualizações anuais, e só devem produzir efeitos 15 dias após a sua publicação, nos termos legais, conforme resulta da conjugação do n.º 1 do art.º 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos), na sua redação atual, do art.º 71.º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, do art.º 64.º do Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Cuba, e do art.º 46.º do Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Cuba. -----

Mais se informa que, para efeitos de fiscalização das normas relativas ao cálculo e formação de tarifas, devem os tarifários ser remetidos à ERSAR, acompanhados da deliberação que os aprovou e da respetiva fundamentação económico-financeira nos moldes definidos pelos regulamentos tarifários, no prazo de 15 dias após a sua aprovação (*vide* n.º 3 do citado art.º 11.º-A). -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, ao abrigo da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter para deliberação do órgão executivo, nos termos da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei, a proposta de atualização dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2022, constante dos documentos anexos, deliberação esta que deve, no prazo de 15 dias após a sua aprovação ser remetida à ERSAR, nos termos enunciados no acima referido art.º 11.º-A. -----

Anexa-se o tarifário aprovado para o corrente ano. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, com a argumentação de que ainda não se verificou a retoma económica das famílias, e o aumento deveria ser gradual e progressivo, ao abrigo das competências próprias previstas na alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/20013, de 12/09, deliberou aprovar a proposta de atualização dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2022,

constante dos documentos anexos, deliberação esta que deve, no prazo de 15 dias
após a sua aprovação ser remetida à ERSAR, nos termos enunciados no acima referido
art.º 11.º-A. -----

**15. CÉLIA DO CARMO BALEIZÃO CHAMORRO ESCREVENTE. PRÉDIO URBANO OBJETO
DE OBRAS DE REABILITAÇÃO- INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTATUTO DOS
BENEFÍCIOS FISCAIS. RUA JOSÉ CORREIA MALTEZ, N.º 1 - PRÉDIO URBANO N.º 1319
CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 331A/2021, do Serviço de Urbanismo, autoria
do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor em baixo se transcreve: -----

“Na sequência do pedido em epígrafe, tendo por base a informação inicial de
17/01/2019 referente à determinação do estado de conservação do imóvel nos termos
do disposto na Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de Novembro, tendo sido concluídas as
obras de reabilitação geral, somos a informar o seguinte: -----

A requerente apresenta o certificado energético do imóvel que fixa a classe energética
na categoria B; -----

Nos termos do disposto no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), designadamente o
preceituado pela alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º e tendo em vista a subida do estado
de conservação do imóvel em dois níveis acima do inicialmente atribuído, confrontou-
se o projeto aprovado pela Câmara Municipal que serviu de base à realização das obras
de reabilitação do prédio e o preenchimento por adaptação, da ficha de avaliação de
acordo com a Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de Novembro, tendo sido fixado o
Coeficiente de Conservação de 1,2 (cfr. o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 49.º da
Lei n.º 6/2006 de 27 de Fevereiro, e o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 161/2006 de 8 de
Agosto); -----

De acordo com a respetiva ficha anexa, a avaliação determinou ainda um estado de
conservação de **Excelente**. Essa constatação para efeitos do disposto na alínea b) do n.º
1 do artigo 45.º do EBF, determinou uma subida de 2 níveis no estado de conservação
do prédio, podendo dessa forma beneficiar dos incentivos fiscais previstos no artigo
45.º do mesmo diploma.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão nos termos da presente
informação. -----

16. RICARDO SANTOS. PEDIDO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE EXISTÊNCIA DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR A 7 DE AGOSTO DE 1951 – ARTIGO 145 DA SECÇÃO E DE VILA ALVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 08M/2021, do Serviço de Urbanismo, autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor em baixo se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe somos a informar o seguinte: Vem o requerente solicitar a emissão de certidão comprovativa de existência de construção anterior a 7 de Agosto de 1951 (data de publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas) no prédio acima identificado; -----

Após deslocação ao local, foi possível constatar a existência de uma pequena construção de adobe, em estado avançado de ruína, conforme registo fotográfico anexo; -----

A secção cadastral anexa, que faz parte do CGPR, do anterior IGC (a partir dos anos 30 do séc. XX), bem como a cartografia militar, representam dentro do limite do prédio, a existência dessa construção no local.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar em conformidade com a informação técnica. -----

17. JOÃO CARLOS JESUS FIGUEIREDO. VISTORIA AO ABRIGO DO ARTIGO 89.º E SEGUINTE DO RJUE - PRÉDIO VIZINHO EM ESTADO PARCIAL DE RUÍNA. RUA GAGO COUTINHO, 7 VILA ALVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º MD'5770/2021, do Serviço de Urbanismo, autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor em baixo se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe somos a informar o seguinte: -----

Na sequência de reclamação do proprietário do prédio sito na Rua Gago Coutinho n.º 7 em Vila Alva, relativamente ao prédio contíguo, com o n.º 5, realizou-se vistoria no dia 02/09/2021 pelas 14h30m, ao abrigo do disposto no artigo 89.º e seguintes do RJUE, regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, para verificação do estado geral de conservação. No ato da vistoria esteve o presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva que nos facultou o acesso ao imóvel e ainda a proprietária vizinha; -----

Verificou-se que efetivamente, grande parte da cobertura do prédio vizinho com o n.º 5 (na área virada ao logradouro), já havia colapsado para o interior, estando o material depositado no prédio. As paredes laterais que separam fogos, encontram-se em resultado da derrocada, em mau estado de solidez, tendo já ruído um troço em comunicação com o prédio do reclamante (fotos 1 e 2). -----

As alvenarias exteriores em taipa e adobe na área posterior, também apresentam mau estado de conservação, com focos de fissuração e de descolamento que se acentuaram por força da queda da cobertura; -----

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, em face do risco eminente de derrocada da restante área, e para obviar consequências de maior expressão sugere-se uma intervenção imediata do proprietário, num prazo não superior a 40 dias para a realização dos trabalhos que deverão incidir em primeira instância sobre a demolição, limpeza e transporte a vazadouro do material resultante, a consolidação das paredes/empenas e do remate do telhado em contacto com os prédios vizinhos. -----

Sem prejuízo de poder ser promovido projeto de reconstrução ou de uma intervenção mais vasta, haverá que assegurar nesta fase, após a limpeza dos escombros, a consolidação das paredes laterais para não agravar consequências para os prédios contíguos. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a notificação do proprietário para, no prazo de 40 dias, dar cumprimento ao disposto na presente informação. -----

18. ALTERAÇÃO Nº 10 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º 14733, dos Serviços Financeiros, da autoria da Dr.ª Carmen Estrela, cujo conteúdo adiante se transcreve: -----

“Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”. -----

No orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com comunicações, encargos de cobrança de receitas, serviços bancários, vestuário e artigos pessoais, produtos químicos e farmacêuticos, aquisição de bens de higiene e limpeza, alimentação – géneros p/ confeccionar (refeitório municipal), prémios, condecorações e ofertas, material de transporte peças e outro material peças, ferramentas e utensílios, outros trabalhos especializados, e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados os ajustamentos necessários. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ação 9 e 10 -O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um computador portátil e respetivo software; -----

01 111 2002/3- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um armário em madeira; -----

01 111 2007/5- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um portátil para os serviços técnicos; -----

01 111 2007/6- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de software office; -----

02 244 2002/32- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de ferramentas para o serviço de águas; -----

02 251 2018/4- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a revisão de preços do edifício polivalente, em Vila Ruiva; -----

03 331 2002/60 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a trabalhos por administração direta na estrada da circunvalação; -----

03 331 2002/64- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de sinalização; -----

03 331 2014/3- - O reforço ocorreu para fazer face a trabalhos complementares da empreitada de Reabilitação do espaço público Largo Cólón e zonas adjacentes- lote 2;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 121 2020/5008 ação 2-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de máscaras e fatos descartáveis para proteção ao corona vírus; -----

02 211 2003/5001 ação1- O reforço ocorreu para fazer face a despesas relacionadas com o projeto; -----

02 232 2014/5002 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com apoios sociais; -----

02 232 2014/5014 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto ; -----

02 251 2016/5002 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o serviço de refeições ; -----

02 251 2021/5003- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto; -----

04 410 2002/5055- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com a amortização de empréstimos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a alteração n.º 10 ao orçamento e Gop's de 2021 -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 10 ao orçamento e Gop's de 2021. -----

19. PRORROGAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO ECOPARQUE DO ALENTEJO CENTRAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 127/2021, do Serviço de Urbanismo, da autoria do Eng.º Góis Pereira, cujo conteúdo adiante se transcreve: -----

Atendendo às justificações apresentadas pela empresa empreiteira, considero poder usar-se a figura jurídica de prorrogação legal atendendo ao facto de que são enquadráveis no art.º 298 do CCP, visto entender que, pelos argumentos apresentados, são direitos do cocontratante.

Assim, considero poder ser concedida prorrogação legal até 29 de Dezembro de 2021, de acordo com o solicitado.

A Câmara, por unanimidade deliberou conceder a prorrogação graciosa até 29 de dezembro de 2021. -----

20. PRORROGAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE REABILITAÇÃO DO JARDIM DOS COMBATENTES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 127/2021, do Serviço de Urbanismo, da autoria do Eng.º Góis Pereira, cujo conteúdo adiante se transcreve:

Atendendo às justificações apresentadas pela empresa empreiteira, considero poder usar-se a figura jurídica de prorrogação graciosa atendendo ao facto de que são enquadráveis no art.º 13 do DEC. Lei nº 6/2004 de 6 de Janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços. Dispõe este artigo no seu nº 2 que *“se a prorrogação for graciosa, o empreiteiro não terá lugar a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor”*. Cabe ainda referir que, no ponto 3 *“Considera-se que a prorrogação de prazo é graciosa quando derive de causas imputáveis ao empreiteiro, mas que o dono de obra entenda não merecerem a aplicação da multa contratual”*.

Assim, considero poder ser concedida prorrogação graciosa até 29 de Dezembro de 2021, de acordo com o solicitado.

A Câmara, por unanimidade deliberou conceder a prorrogação graciosa até 29 de dezembro de 2021. -----

OBRAS PARTICULARES:-----

21. MARIA ESPERANÇA CARVALHO CALÇA BARBADO. PROCESSO N.º 14/2021. LICENCIAMENTO. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA. RUA DA FÁBRICA, N.º 11, EM VILA RUIVA. -----

Vem a requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra de remodelação e ampliação de uma moradia em zona urbana consolidada, da freguesia de Vila Ruiva. A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

22. MANZACA & MOREIRA ASSOCIADOS, LDA. PROCESSO N.º 29/2021. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES, COURELAS DA IGREJA, LOTES 1, 1A, 1B E 1C, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 26 de novembro de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 18,25 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

